

4

O compartilhar afetivo e seus desdobramentos na construção da subjetividade

Ao longo do capítulo anterior, foi possível apresentar a sintonia do afeto como um parâmetro possível para definir que durante uma interação, ambos os parceiros tenham compartilhado ativamente alguma qualidade da experiência afetiva um do outro, indicando assim a ocorrência de um intercâmbio afetivo mútuo. Foi investigado também, que esse tipo de comportamento só seria possível graças a capacidades inter-afetivas ligadas, por exemplo, aos afetos de vitalidade, à percepção amodal e ao sistema de neurônios espelho. A inter-afetividade estaria sendo entendida como um conjunto de capacidades que norteiam a qualidade de resposta dos parceiros da interação (caso estes estejam engajados na interação) tornando possível que a interação assuma uma qualidade tal que nos leve a definir que ambos estão compartilhando algo relevante da experiência um do outro.

A partir disso, se torna possível aventurar-se em outro tipo de investigação que terá como objetivo explorar a participação desse tipo de interação, em que ambos estão compartilhando algo relevante da experiência um do outro na construção da subjetividade. Com isso se está apostando que esse tipo de investigação pode contribuir para que se tenha um repertório maior de ideias para pensar não só a construção da subjetividade, como também, de maneira mais específica, o desenvolvimento da linguagem, os comportamentos de atenção compartilhada e o autismo.

Nesse sentido, como o presente trabalho tem especial interesse acerca das interações e construções subjetivas ocorridas com bebês situados no período entre o nascimento e aproximadamente o nono mês de vida, se torna fundamental que o ponto de partida para tal investigação esteja ligado à investigação da pertinência de supor que os comportamentos de sintonia do afeto ocorram com bebês de menos de nove meses. No entanto, a hipótese de supor que esse tipo de interação onde ambos os parceiros estão compartilhando algo relevante da experiência um do outro ocorra já com bebês de menos de nove meses pode encontrar algumas controvérsias. Sendo que parte dessas controvérsias são especialmente relevantes, pois podem estar relacionadas ao próprio Stern (1992), e é justamente por isso que

serão melhor investigadas.

4.1

Intersubjetividade primária e o compartilhar primitivo.

Em 1992, em seu livro *O Mundo Interpessoal do Bebê*, Stern situa a sintonia do afeto como um tipo específico de comportamento de interação interpessoal que poderia ser observado somente em bebês que tivessem alcançado o que ele chamou de um “senso de eu subjetivo”. Sendo que o termo “senso”, de acordo com o próprio Stern (p. 4), diz respeito a uma consciência não reflexiva, e à ideia de um “senso de eu subjetivo” estaria ligada emergência de uma nova forma de relação interpessoal, que fica mais bem ilustrada a partir do fragmento abaixo:

Entre o sétimo e o nono mês de vida, os bebês gradualmente adquirem a importante compreensão de que as experiências subjetivas internas, o "assunto em questão" da mente, são potencialmente compartilháveis com uma outra pessoa. O assunto em questão nesse ponto do desenvolvimento pode ser algo tão simples e importante quanto uma intenção de agir ("Eu quero aquela bolacha"), um estado de sentimento ("Isso é excitante"). Esta descoberta significa a aquisição de uma "teoria" de mentes separadas. (1992, p. 111)

A partir do trecho acima, é possível pensar que se para Stern, em um desenvolvimento típico, o domínio do relacionar-se intersubjetivo é alcançado apenas a partir do sétimo ao nono mês de vida (aproximadamente), a suposição de comportamentos de sintonia do afeto antes desse período parece ser algo incoerente, ou no mínimo um problema a ser dissolvido. Contudo, a dissolução desse problema será justamente o meu objetivo neste momento.

Um primeiro passo para a dissolução desse problema pode ser dado a partir da investigação do que me levou a criar esse problema. Ou seja, me parece importante considerar que foi minha própria experiência como observador de interação cuidador-bebê, que me levou a supor ser possível observar interações onde ambos os parceiros estejam compartilhando algo semelhante da experiência um do outro, mesmo em interações com bebês de menos de sete meses. Conforme

foi explicitado no primeiro capítulo, durante o período da minha iniciação científica como graduando em psicologia, participei de uma pesquisa intitulada *A Observação do Desenvolvimento Típico da Comunicação Não-verbal: Subsídios para a Promoção do Uso da Linguagem no Autismo*, cujo o objetivo envolvia uma investigação da comunicação afetiva cuidador-bebê, a partir da análise de vídeos de bebês entre três e doze meses de idade, filmados em situações naturais com seu cuidador. Nessa pesquisa existiam alguns critérios de observação que tinham como objetivo indicar a qualidade das interações analisadas. Dentre esses critérios, existia um ligado à presença ou não de algum tipo de sintonia do afeto, ou seja, era avaliado se algum aspecto da forma, do timing, ou da intensidade dos comportamentos dos parceiros era equiparado. Mais especificamente, uma interação era identificada com uma qualidade de sintonia afetiva quando era observada alguma das três seguintes situações, o nível de intensidade do comportamento do cuidador era o mesmo que o do bebê (sintonia de intensidade), uma pulsão regular, no tempo, era igualada (sintonia de timing), ou algum aspecto espacial de um comportamento era igualado (sintonia de forma). Com o andamento da pesquisa, se mostrou não ser algo atípico a confirmação da presença de algum tipo de sintonia afetiva durante a análise de interações com bebês de menos de sete meses. E ainda, um estudo teórico me fez perceber que capacidades fundamentais para a sintonia, como a possibilidade de experienciar afetos de vitalidade e a percepção amodal, são consideradas capacidades inatas até pelo próprio Stern, e portanto não exigiriam algum caminho percorrido no desenvolvimento. Tudo isso me incentivou a continuar a investigar a possibilidade de supor que interações em que ambos estão compartilhando algo relevante (significativo) da experiência um do outro, aconteçam desde antes do desenvolvimento de um senso de eu subjetivo.

No entanto, minha intenção com esse relato não é indicar uma prova objetiva de que ocorram sintonias afetivas antes dos sete meses, e com isso afirmar que eu estou certo, e que quem pensa diferente está errado (até porque meu relato não tem grande valor objetivo). Entretanto minha intenção é de apenas indicar que o problema ligado a essa suposta controvérsia pode estar muito mais próximo a uma questão conceitual acerca da subjetividade do que a uma questão

objetiva (mesmo que consideremos não haver uma cisão entre o conceitual e o objetivo). Ou seja, quero dizer que a divergência relacionada a essa questão não estaria tão ligada ao fato de podermos, ou não, observar, em interações com bebês de menos de sete meses, uma equiparação relacionada à qualidade dos comportamentos desempenhados, mas estaria muito mais próxima a uma diferença na maneira de considerar a partir de quando essas equiparações poderiam ser entendidas como trocas subjetivas.

Sendo assim, para que seja possível avaliar se uma determinada equiparação comportamental pode ser considerada uma troca intersubjetiva, primeiramente me parece importante investigar quais critérios podem ser usados para fazer essa avaliação. Nesse sentido, uma primeira possibilidade poderia ser utilizar o conceito de senso de eu subjetivo como critério para definir a partir de quando a intersubjetividade emerge no desenvolvimento humano. Entretanto essa não me parece ser uma ideia oportuna porque, implícito ao conceito de senso de eu subjetivo, existe um paradigma de compreensão acerca das transformações ocorridas no período do desenvolvimento situado entre os sete e nove meses aproximadamente, que carrega alguns pressupostos incompatíveis com a perspectiva que venho tentando traçar nesse trabalho.

Uma primeira divergência em relação à maneira de compreender as transformações ocorridas nesse período está ligada à suposição de que estas transformações ocorrem devido ao fato dos bebês terem desenvolvido uma “teoria” de que os outros seres humanos têm uma mente. De fato, os bebês demonstram se relacionar de maneira diferente com as outras pessoas a partir desse período (por exemplo, podemos começar a os ver participando de comportamentos de atenção compartilhada). No entanto, para mim isso não parece ser fruto de uma compreensão teórica, visto que os bebês dessa faixa etária (de sete a nove meses aproximadamente) não teriam essa capacidade (de formar teorias), e muito menos uma compreensão teórica a respeito de mentes. Mesmo considerando que um bebê esteja imerso em um contexto onde se vive um paradigma, uma “forma de vida” (Wittgenstein, 1953/2008), que concebe a experiência humana com uma separação entre experiências físicas e mentais, me parece que o bebê só pode criar uma teoria a respeito de mentes (e portanto a

respeito dessa separação problemática) a partir do desenvolvimento da linguagem verbal, ou seja, da aquisição do conceito de mente. Mesmo Stern, na minha opinião, parece demonstrar algum desconforto em relação a ideia de o bebê formar uma teoria, ainda que esse desconforto, não relacionado a essa teoria, ser a respeito de mentes. No entanto, sua ressalva em relação a ideia de uma teoria, nesse período do desenvolvimento, parece recair ainda mais na necessidade do desenvolvimento da linguagem verbal. O que parece ficar evidente a partir da passagem abaixo.

Ela não é, com certeza, uma teoria completamente desenvolvida. É mais uma noção funcional que diz algo assim: o que está se passando na minha mente pode ser suficientemente semelhante àquilo que está se passando na tua mente, de modo que nós podemos, de alguma forma, comunicar isso (sem palavras) e assim experienciar a intersubjetividade. (Stern, 1992 pag. 111)

Não me parece coerente, ou apropriado, supor que seja isso que se passe na experiência subjetiva de um bebê que ainda não desenvolveu a linguagem verbal, mas isso parece estar mais de acordo com a experiência subjetiva de um adulto, e mais especificamente um adulto que se utiliza do conceito de mente. No entanto, existe um paradigma contido na passagem acima ao qual atribuo bastante importância, esse paradigma está relacionado à suposição de que podemos comunicar de alguma maneira nossa experiência subjetiva, e assim experienciar a intersubjetividade, mesmo sem usar palavras, ou seja, mesmo antes de desenvolver a linguagem verbal. Sendo que o que estou querendo propor aqui consiste em supor que alguma qualidade de comunicação intersubjetiva possa estar presente já em interações com bebês de menos de sete meses, e ainda, que essas interações, com qualidade de troca intersubjetiva, sejam relevantemente importantes para a construção de uma qualidade de subjetividade que possa participar de comportamentos de atenção compartilhada.

Nesse sentido, para que seja possível aprofundar essa proposta, me parece oportuno explorar outro aspecto das possíveis divergências relacionadas à maneira de compreender as mudanças ocorridas no período situado entre os sete e os nove meses do bebê. Para isso, a citação abaixo de Stern, acerca das mudanças ocorridas nesse período, parece ser especialmente pertinente.

Quando isso realmente ocorre, a ação interpessoal mudou, em parte, de

ações e respostas manifestas para os estados subjetivos internos que jazem por trás dos comportamentos manifestos. [...] Eus e outros agora incluem estados subjetivos ou internos da experiência, além dos comportamentos manifestos e sensações diretas que marcavam o eu e outro nucleares. (Stern, 1992 pag. 112)

A partir da citação acima, é possível observar que para Stern os estados subjetivos são considerados experiências internas, e por isso são concebidos como experiências distintas do comportamento manifesto. No entanto, de acordo com o que já foi apresentado ao longo deste trabalho, é possível pensar que o comportamento manifesto que acompanha uma experiência subjetiva qualquer qualifica e participa da própria experiência. Portanto, nesse sentido ele pode ser considerado como parte da própria experiência subjetiva, e não uma “coisa” que serve para comunicar uma outra “coisa” que estaria por detrás. Ou seja, na perspectiva assumida aqui, descarta-se a cisão entre conteúdo e forma, ou entre experiência subjetiva e comportamento de expressão.

Já a perspectiva de Stern apresenta ainda outra divergência importante em relação à perspectiva que está sendo construída aqui. A partir da citação acima, é possível indicar também que para Stern as experiências humanas só podem ser consideradas como experiências subjetivas a partir do desenvolvimento de um senso de eu subjetivo, sendo as experiências anteriores a esse desenvolvimento consideradas como meramente físicas, ou “sensações diretas”. Isso fica ainda mais evidente a partir da citação abaixo:

Da mesma maneira, diferentes formas da mesma questão do curso de vida se desenvolvem em sucessão: por exemplo, a intimidade física durante o relacionar-se nuclear, a intimidade subjetiva (empática) durante o relacionar-se intersubjetivo, e a intimidade de significados compartilhados durante o relacionar-se verbal. (Stern, 1992 p. 27).

A diferenciação entre uma experiência física e uma experiência subjetiva, que perpassa a citação acima e ampara em parte a possibilidade de desconsiderar uma intersubjetividade antes dos sete meses, é um pressuposto que não será corroborado neste trabalho — uma vez que não me parece pertinente indicar que um bebê com menos de sete meses experiencia apenas um universo meramente físico ou uma “intimidade física” sem qualquer qualidade subjetiva. Na verdade me parece mais oportuno não dividir as experiências humanas em físicas ou subjetivas, mas em diferentes qualidades de experiências subjetivas.

Esse caminho ligado à possibilidade de conceituar diferentes qualidades de intersubjetividade ao longo do desenvolvimento, já foi trilhado por Trevarthen, outro importante pesquisador acerca do desenvolvimento infantil. Para ele, seria possível conceituar duas qualidades diferentes de intersubjetividade, sendo uma chamada de intersubjetividade primária, e outra chamada de intersubjetividade secundária. As diferenças relacionadas às duas qualidades de intersubjetividade estão bem capturadas no trecho abaixo.

Enquanto a “intersubjetividade primária” se refere à coordenação entre o self e o outro baseada em correspondências de forma, sincronia e intensidade, a “intersubjetividade secundária” inclui um objeto e se refere à intercoordenação entre o self, o outro e o objeto, baseada no intercâmbio cooperativo de gestos referenciais. A intersubjetividade secundária se desenvolve dos nove aos doze meses com o começo do funcionamento simbólico (Trevarthen y Hubley, 1978; Hubley y Trevarthen, 1979). Trevarthen define uma sequência evolutiva de (1) a protoconversação (intersubjetividade primária), a (2) os jogos, até (3) a consciência cooperativa de pessoas e objetos (intersubjetividade secundária). Diferente de Meltzoff, mas de acordo com Stern, Trevarthen deixa o início de uma teoria da mente para o momento em que começa a surgir uma inteligência simbólica, próximo ao final do primeiro ano. (Beebe, 2003 pag. 12)

A partir dessa delimitação, me parece possível sugerir que a ideia de intersubjetividade secundária, proposta por Trevarthen, poderia ser aproximada à ideia de intersubjetividade traçada por Stern, visto que ambas estariam relacionadas com o desenvolvimento de uma teoria da mente e seriam posteriores ao período situado entre sete e nove meses. Nesse sentido, a principal diferença entre as perspectivas de Stern e Trevarthen consiste no fato de que para Trevarthen a intersubjetividade (primária) seria algo inato ao desenvolvimento humano. Sobre os problemas relacionados a entender a intersubjetividade como algo adquirido, Trevarthen afirma.

As novas evidências sobre o desenvolvimento infantil se tornaram incompatíveis com essa crença. O aspecto inato desses comportamentos foi observado a partir do modo como a comunicação acontece numa interação face-a-face com bebês de poucas semanas de vida, e a partir da coordenação afetiva das expressões vocálicas e gestuais. (Trevarthen, 1998 pag. 15).

Aqui parece-me oportuno lembrar a pesquisa de Tronik(1978), apresentada anteriormente, relacionada à reação de alguns bebês frente a um semblante indiferente repentino durante uma interação com o cuidador. Ao

demonstrar que o bebê tenta ativamente reinstaurar um intercâmbio afetivo mesmo sem qualquer resposta contingente (semblante indiferente) do cuidador, Tronik evidencia que um bebê, mesmo antes dos sete meses, não só participa, como tem também um papel ativo nesse intercâmbio. Isso parece corroborar a suposição de uma intersubjetividade primária.

Nesse sentido, a perspectiva apresentada por Trevarthen acerca da intersubjetividade, por considerar uma qualidade intersubjetiva de relação desde as interações mais primitivas, se aproxima mais da perspectiva que estou tentando traçar no presente trabalho do que da perspectiva oferecida por Stern. No entanto, ela recai sob o mesmo paradigma relacionado à concepção de mente (do qual estou querendo me afastar), só que considerando um relacionamento entre mentes, de maneira não reflexiva, já desde o nascimento.

Aqui me parece possível indicar uma possível confusão conceitual. Tanto na perspectiva de Trevarthen, como na perspectiva de Stern, parece haver uma proximidade exagerada, ou uma confusão, entre a ideia de mente e de subjetividade. No caso de Stern, parece que é a evidência de uma teoria da mente que possibilita a conceituação de uma intersubjetividade, já no caso de Trevarthen parece que é a evidência de uma intersubjetividade que indica a suposição de uma mente. Essa confusão parece cobrar um preço que não estou disposto a pagar, já que me parece conceitualmente diferente atribuir a alguém uma mente, ou atribuir a alguém uma subjetividade. Digo isso porque o conceito de subjetividade, não parece carregar uma série de cisões inoportunas que estão presentes em um conceito de mente. Dentre essas cisões, além da velha dicotomia cartesiana entre corpo e mente, vale apenas ressaltar também um desdobramento mais específico dessa cisão (como fora evidenciado anteriormente) entre conteúdo (mental) e forma (comportamento). Sob essa perspectiva dicotômica, o corpo em movimento (comportamento) é considerado apenas como um instrumento que pode ser usado ou não para expressar algo pertinente a uma experiência mental, que é tida como interna e privada.

Por outro lado, na perspectiva assumida aqui, a subjetividade nada mais é do que a qualidade do processo de existir no mundo, e essa existência não é uma existência dentro do corpo, mas uma existência com o corpo. Nesse sentido, é

possível concluir que é justamente devido a essas experiências subjetivas não serem consideradas internas ou privadas que podemos conceituar uma intersubjetividade inata, ou primária. Do contrário, numa perspectiva atrelada a um conceito de mundo interno privado, de fato me parece coerente supor ser necessário o uso de gestos simbólicos, ou da linguagem verbal, para podermos conceituar uma troca intersubjetiva. Talvez isso esteja envolvido no fato de Stern não corroborar a conceituação de uma intersubjetividade primária. O que fica claro a partir da citação abaixo.

De fato, aquilo que nós estamos chamando de intersubjetividade é chamado de "intersubjetividade secundária" por Trevarthan (Trevarthian, e Hubley, 1978), a diferenciação mais tardia de uma função intersubjetiva unicamente humana. A intersubjetividade realmente parece ser uma capacidade humana emergente. Contudo, não tem muito sentido falar de uma intersubjetividade primária aos três ou quatro meses de idade, como faz Trevarthan (1979). Isso pode apenas se referir a protoformas que não possuem os ingredientes essenciais para serem chamadas de intersubjetividade. Somente o estágio secundário de Trevarthan é a verdadeira intersubjetividade. (Stern, 1992 pag. 122)

No entanto, para mim essas "protoformas" possuem, sim, os ingredientes necessários para que possamos atribuir uma intersubjetividade a bebês com menos de sete meses. Um exemplo simples que pode ser usado para dar sustentação a essa ideia, é o fato de comumente observarmos que um bebê, mesmo com menos de sete meses, que se encontra chorando, muitas vezes não pode ser acalmado por qualquer pessoa. Esse exemplo é importante porque ele evidencia a participação de algum aspecto pessoal (subjetivo) presente na qualidade com que o comportamento de acalmar o bebê é desempenhado, e não meramente físico (no sentido de um comportamento desprovido de subjetividade). É comum observarmos, mesmo em instituições que almejam alcançar uma padronização na forma de cuidar, que alguns bebês só são acalmados por determinados cuidadores que muitas vezes são tidos como pessoas que têm mais 'jeito' com o bebê. Tendo isso em vista, a proposta assumida aqui consiste em entender que, tanto a observação de que um bebê pode se acalmar mais, ou menos, dependendo da pessoa que o cuida, quanto a observação de que determinada pessoa tem mais, ou menos, 'jeito' com o bebê, podem ser consideradas evidências de que as interações interpessoais, mesmo com bebês de menos de sete meses, têm uma

qualidade intersubjetiva relevante.

4.1.1

Intersubjetividade e subjetividade, uma visão paradoxal.

Neste momento, para que se torne possível avançar na investigação da participação da intersubjetividade, ou seja, da participação de interações em que ambos estão compartilhando algo relevante(significativo) da experiência um do outro, na construção da subjetividade, torna-se oportuno primeiramente delimitar mais especificamente quais qualidades da experiência subjetiva podem estar envolvidas nesse compartilhar.

Nesse sentido, pensando a respeito da experiência subjetiva de bebês com menos sete meses, me parece possível propor o entendimento de que o que está sendo compartilhado nas trocas intersubjetivas pertinentes a esse período são experiências afetivas (que podem ser delimitadas pelo conceito de afeto de vitalidade, apresentado anteriormente) ligadas a padrões de movimentos vitais, ou seja, à qualidade dos comportamentos. De qualquer forma, não se pretende aqui reduzir a experiência subjetiva a um mero comportamento, muito pelo contrário, o que se pretende aqui é evidenciar um olhar não reducionista acerca do comportamento, ou seja, um olhar que não separe a experiência subjetiva do comportamento que a acompanha. Nessa perspectiva, os comportamentos de um bebê com menos de sete meses não estariam reduzidos a apenas comportamentos reflexo, ou ações diretas, ou mesmo a meros condicionamentos. O que se pretende aqui é evidenciar o aspecto subjetivo, intersubjetivo e, mais especificamente, inter-afetivo do comportar-se — considerando-se assim, que o aspecto subjetivo de um comportamento está presente na qualidade desse comportamento.

A partir disso, é possível sugerir que o que está sendo compartilhado nas trocas intersubjetivas relacionadas a bebês com menos de sete meses são qualidades (de intensidade, ritmo, e forma) pertinentes à vitalidade presente no comportamento. Nesse sentido me parece possível aproximar a ideia de vitalidade

ao o conceito de “energia vital” (Winnicott, 1950/200), já que ambos os termos parecem se referir ao “que leva o feto a mover-se em vez de ficar quieto: a vitalidade dos tecidos e os primeiros indícios de erotismo muscular. Precisamos aqui de um termo semelhante a força vital” (p. 303). Essa “energia vital” presente no movimento não está sendo entendida como algo que de modo independente parte (ou pulsa) da própria vida em questão, mas uma energia desencadeada pela experiência de se relacionar com o mundo, mais especificamente, pela experiência de se relacionar com o mundo em um contexto intersubjetivo, onde a intersubjetividade também qualifica essa energia. Ou seja, na presente visão, o que está sendo compartilhado é um aspecto sensível (qualitativo, não objetivo) da forma de existir no mundo de outrem, que, paradoxalmente, é tanto singular, uma vez que tem a ver com a experiência singular de existir em um contexto específico, quanto universal, uma vez que envolve a participação de processos vitais (como respirar, ficar com fome, excretar, adormecer ou acordar). Dessa forma a intersubjetividade é o fio condutor desse paradoxo, já que como nós temos a capacidade de sermos sensíveis a essas qualidades da experiência, podemos senti-la tanto internamente, como no comportamento das outras pessoas (e aqui me parece pertinente evidenciar que as descobertas acerca dos neurônios espelho parecem corroborar essa ideia).

Toda essa argumentação aponta para uma importante conclusão. Na perspectiva assumida aqui, a garantia de um eu e um outro fisicamente distintos e separados não estaria sendo considerada como uma pré-condição necessária para a intersubjetividade, assim como afirmava Stern (1992 pag112). Essa discordância se deve, também, ao fato de não ser corroborada aqui a ideia de uma distinção eu/outro meramente física, sem nenhum aspecto subjetivo e intersubjetivo relevante. No entanto, eu gostaria de chamar a atenção para outro ponto muito importante dessa discordância que está relacionado com o argumento anterior, mas não se esgota nele. Esse ponto se refere ao fato de não estar sendo proposto aqui que a intersubjetividade seja considerada como um fenômeno possível apenas a partir de algum caminho percorrido em relação a uma distinção subjetiva entre um eu e outro. Ou seja, está sendo considerado que a intersubjetividade não é posterior à subjetividade, mas concomitante. No entanto, em um momento

posterior de sua obra, talvez por influência da descoberta dos neurônios espelho e de novas evidências relacionadas ao desenvolvimento infantil, Stern (2007) parece se aproximar mais dessa perspectiva, e até mesmo chega a repensar sua perspectiva acerca da intersubjetividade (apesar de continuar a sustentar o que foi considerado aqui como uma confusão entre a ideia de mente e de subjetividade), que pode ser considerado a partir deste fragmento:

Em resumo, nossa vida mental é co-criada. Este diálogo co-criativo contínuo com outras mentes é o que chamo de matriz intersubjetiva.

A ideia de uma psicologia de uma só pessoa ou de fenômenos puramente intrapsíquicos não mais se sustenta sob essa luz [...]. Costumávamos pensar a intersubjetividade como uma espécie de epifenômeno que aparecia ocasionalmente quando duas mentes separadas e independentes interagem. Agora vemos a matriz intersubjetiva (que é um subconjunto especial da cultura e da psicoterapia) como o cadinho prevalente no qual mentes em interação assumem sua forma atual.

Duas mentes criam intersubjetividade. Mas, igualmente, a intersubjetividade dá forma às duas mentes. O centro de gravidade mudou do intrapsíquico para o intersubjetivo. (Stern, 2007, p. 99)

Portanto, levando em consideração o fragmento acima e o que foi argumentado até o momento, é possível afirmar que na visão construída até aqui, pretende-se justamente evidenciar que a construção subjetiva, tanto das diferenças, quanto das semelhanças, entre um humano e seus co-específicos, só é possível a partir de uma base intersubjetiva, ou nas palavras de Stern, uma matriz intersubjetiva. Consequentemente, pode-se afirmar também que nessa perspectiva está sendo descartada a ideia de um momento inicial na experiência humana em que o bebê vive um isolamento subjetivo, já que as evidências acerca do desenvolvimento infantil parecem não corroborar essa ideia para que se torne possível construir uma perspectiva que delimite a participação de um compartilhar subjetivo, primitivo e inato, na construção da subjetividade. Por outro lado, também não estou sugerindo um momento inicial em que o bebê viva uma completa indiferenciação entre ele e seu cuidador, justamente porque ao compartilhar uma experiência afetiva, o bebê experiencia algo que é tanto próprio quanto não próprio. Na verdade, o que estou sugerindo é que desde o nascimento essas duas dimensões da experiência (a singularidade e a indiferenciação) coexistem paradoxalmente em um intercâmbio subjetivo. Sendo que nesse período, o aspecto inter-afetivo da intersubjetividade (que vem sendo conceituado

até aqui) pode ser entendido como sendo tanto o veículo quanto o conteúdo desse intercâmbio.

4.1.2

A atenção compartilhada sob a perspectiva da inter-afetividade.

Agora que a perspectiva assumida neste trabalho acerca da participação da intersubjetividade e, mais especificamente, do aspecto inter-afetivo da intersubjetividade na construção da subjetividade, parece estar suficientemente bem delimita, torna-se possível avançar na investigação do uso dessa perspectiva para se pensar o desenvolvimento da possibilidade de participar de comportamentos de atenção compartilhada.

A investigação do desenvolvimento da capacidade de participar de comportamentos de atenção compartilhada é importante porque, de uma maneira geral, é possível observar que crianças com problemas relacionados ao autismo apresentam graves problemas de atenção compartilhada e perspectivação, e quase não se envolvem em jogos simbólicos ou de faz de conta, o que, em muitos casos, implica em se colocar no lugar do outro. Com isso em vista, é importante investigar os precursores desses comportamentos para que os resultados obtidos nesta investigação possam ser usados para amparar uma intervenção clínica mais adequada. No entanto, mesmo autores de grande repercussão na investigação desse tipo de comportamento (relacionado à atenção compartilhada), como Tomasello (2003), apesar de indicarem a evidência dessas dificuldades em crianças com autismo, não apresentam suficientemente bem o aspecto construtivista ligado às interações sociais, implicado na possibilidade de participar, ou não, de tais comportamentos. Ou, pelo menos, apresentam uma conceituação acerca dos precursores dos comportamentos de atenção compartilhada incompatível com a perspectiva apresentada aqui, visto que, grosso modo, é possível afirmar que na perspectiva de Tomasello o foco dos precursores da atenção compartilhada está nas habilidades inatas e na maturação

neurológica, e não na qualidade das interações. Ou seja, o foco está no intrapsíquico e não na intersubjetividade, como é o que se pretende fazer aqui. Sendo assim, para que se torne possível construir uma perspectiva alternativa acerca dos precursores da atenção compartilhada, tendo como foco a intersubjetividade, e não o intrapsíquico, torna-se necessário primeiramente apresentar algumas definições pertinentes à perspectiva vigente, nesse caso amparada por Tomasello.

Pode-se pensar que segundo Tomasello, os bebês passam a se envolver em atividades de atenção conjunta na medida que desenvolvem a percepção da atitude “como eu” no outro. No entanto, é importante discriminar que para ele a atitude “como eu”, está relacionada à compreensão do outro como agente intencional igual a si, e isso aconteceria por volta dos nove meses (Tomasello 2003). Apesar de se apoiar nas pesquisas com neonatais de Meltzoff e Gopnik (1993), que indicam que as imitações neonatais refletem uma tendência dos bebês de não só imitar movimentos conhecidos (como protrusões de língua), mas, em certo sentido, se “identificar” com co-específicos. Tomasello (2003) postula que a compreensão precoce que os neonatos têm dos outros “como eu” seria resultado de uma adaptação biológica exclusivamente humana que não teria grandes efeitos até que o bebê, aos nove meses, de alguma maneira que não estaria clara, se daria conta da sua intencionalidade e, posteriormente, perceberia que o outro de maneira semelhante também tem uma intencionalidade, passando assim a entender o outro “como eu”, ou seja, como sujeito intencional igual a si. Essa argumentação, na minha opinião, não descreve bem os precursores atenção compartilhada, pois não atribui a devida ênfase às interações sociais, apresentando um vácuo entre as possíveis identificações neonatais e os comportamentos de atenção compartilhada por volta dos nove meses.

É possível ressaltar também que nessa perspectiva desconsidera-se o aspecto inter-afetivo pertinente ao relacionamento com o outro, como se este fosse um semelhante, considerando-se apenas a inter-intencionalidade. Talvez seja justamente esse o motivo do hiato existente entre as possíveis capacidades inatas de identificação, no caso amparadas por Meltzoff e Gopnik (1993), e a “descoberta” da própria intencionalidade e da intencionalidade dos outros.

Considerando a intencionalidade como a coordenação entre meios e fins, de fato não teríamos muito para falar sobre uma inter-intencionalidade antes dos nove meses, pois nos faltaria evidências de bebês demonstrando essa capacidade antes desse período. Na verdade a coordenação entre meios e fins não me parece ser uma habilidade inata, mas algo aprendido em um contexto intersubjetivo onde o outro já possuiria alguma qualidade de semelhança. Sendo que o que venho propor aqui consiste em entender que essa qualidade de semelhança entre os parceiros de uma interação, necessária ao aprendizado, está enraizada na inter-afetividade, ou seja, em uma semelhança (correspondência) na maneira de sentir. Com isso quero dizer que, para que a intersubjetividade assuma também uma qualidade inter-intencional, é necessário que exista previamente uma conexão e um engajamento entre os parceiros, sendo que essa conexão e esse engajamento são possibilitados pela inter-afetividade e pelas sintonias e correspondências possíveis nesse contexto afetivo. É justamente nesse sentido que o compartilhar afetivo pode ser entendido como precursor dos comportamentos de atenção compartilhada (e conseqüentemente de outras atividades compartilhadas, como linguagem).

Se investigarmos diretamente a fonte que abasteceu parte das ideias de Tomasello, ou seja, as identificações neonatais evidenciadas por Meltzoff, poderemos nos deparar, no entanto, com uma perspectiva que apresenta uma proximidade um pouco maior com a perspectiva construída aqui do que a perspectiva de Tomasello. Para ilustrar essa ideia me parece pertinente apresentar a seguinte síntese feita por Beebe(2003) acerca da perspectiva de Meltzoff.

Para o argumento de Meltzoff (1985,1990) é essencial a percepção de que a correspondência tem um status privilegiado na experiência das relações humanas e cria uma relação fundamental entre o self e o outro. Estabelece o primeiro sentimento de “você é como eu” em forma e sincronia. O outro é, assim, diretamente acessível para o self mediante a percepção proprioceptiva de correspondências transmodais. O self e o outro podem se relacionar porque suas ações corporais podem ser comparadas nos seguintes termos: eu posso atuar como meu companheiro e este como eu (Meltzoff y Moore, 1998). De modo que o trabalho de Meltzoff proporciona um modo de conceituar como, tanto o bebê, como seu companheiro podem sentir o estado do outro mediante a percepção de correspondências. (Beebe, 2003, p. 5)

A partir do fragmento acima é possível observar que, diferentemente de

Tomasello, Meltzoff atribui uma importância maior, e mais específica, às interações interpessoais, e não só às capacidades inatas que subsidiam estas interações. No entanto, ele ampara sua perspectiva em um alicerce, também utilizado por Tomasello, que consiste em entender que o processo de identificação com o outro é um processo de entender o outro “como eu”. Esse paradigma, por se situar numa perspectiva pautada no intrapsíquico, parece ser incompatível com a perspectiva assumida aqui, pautada na intersubjetividade. Na perspectiva ligada ao conceito de “como eu”, seria necessário supor que um bebê de alguma maneira teria um conhecimento pré-reflexivo sobre algo que existiria em si (independentemente do contexto intersubjetivo), no caso ele mesmo (ou mais especificamente, sua subjetividade, sua mente, ou sua intencionalidade), e a partir disso ele poderia, através das interações interpessoais, fazer comparações entre esse conhecimento de si e o conhecimento de outros a fim de encontrar uma correspondência que lhe conferisse o sentimento de que o outro é “como eu”. Nesse sentido o processo de identificação se assemelharia ao processo de medir alguma coisa. Ou seja, o conhecimento sobre si mesmo funcionaria como a unidade de medida, como o metro, e o conhecimento sobre os outros seria o que pode ser medido e verificado, como um pedaço de pano qualquer. No entanto, como já foi argumentado no primeiro capítulo estados subjetivos não são passíveis de comparação por referência e amostragem mnemônica. Tendo isso em vista, parece-me oportuno apresentar uma maneira alternativa de compreender o processo de identificação que pode ser amparada pela perspectiva de Winnicott (1975) presente na citação abaixo:

O que vê o bebê quando olha para o rosto da mãe? Sugiro que, normalmente, o que o bebê vê é ele mesmo. Em outros termos, a mãe está olhando para o bebê e *aquilo com o que ela se parece se acha relacionado com o que ela vê ali*. Tudo isso é facilmente tomado como evidente. Peço que isso, naturalmente bem realizado por mães que estão cuidando de seus bebês, não seja considerado tão evidente assim. Posso demonstrar minha proposição referindo o caso de um bebê cuja mãe reflete o próprio humor dela ou, pior ainda, a rigidez de suas próprias defesas. Em tal caso, o que é que o bebê vê? (pag. 154)

A citação acima é realmente inspiradora, pois ela parece demonstrar que ao colocarmos a intersubjetividade em um papel de destaque, um universo

qualitativo mais amplo passa a tomar forma. Podemos perceber que Winnicott não demonstra ter uma preocupação viciada em generalizações acerca do processo de identificação, mas uma curiosidade em relação as diferentes qualidades possíveis desse processo. No entanto, apesar de nesse trabalho Winnicott comparar a interação face-a-face entre mãe e bebê a um espelho, o processo descrito por ele no fragmento acima é algo bem mais rico do que um mero espelhamento. Considero que Winnicott esteja descrevendo um processo onde o bebê experiencia algo que é, paradoxalmente, tanto próprio quanto não próprio. Nesse sentido podemos abrir mão de uma compreensão meramente literal acerca desse processo descrito por Winnicott, onde ficaríamos presos ao campo da visão, para podermos transpô-lo para uma compreensão “amodal”, onde ele seria a metáfora do intercâmbio afetivo. Ou seja, estou sugerindo que esse processo (que não é um espelhamento) é suficientemente semelhante, a ponto de podermos usá-lo como metáfora, ao processo que ocorre quando afetos de vitalidade são compartilhados em um intercâmbio mútuo.

A partir dessa perspectiva podemos então nos livrar da herança ingrata deixada por perspectivas que têm o foco no intrapsíquico, que nos levam a subestimar a importância da qualidade das interações com relação a sua influência no desenvolvimento da subjetividade. A subjetividade não estaria sendo entendida aqui como algo universal que possa ser alcançado, ou não, de acordo com a presença de interações. Como já foi argumentado antes, a subjetividade é entendida aqui como algo que vai tomando forma a partir de um contexto intersubjetivo, de uma matriz intersubjetiva, onde a qualidade dessa forma está diretamente ligada à qualidade das oportunidades de interação interpessoal e ao contexto dessas experiências. Contudo, como o aspecto qualitativo dessas oportunidades é variável, também o é a experiência de estar no mundo e, conseqüentemente, a existência subjetiva. Essa variabilidade pode ser ilustrada pelo seguinte comentário de Cavell (1993) acerca do trecho da obra de Winnicott destacado anteriormente:

Podemos diferenciar dois modos em que a mãe pode servir de espelho ao seu filho. O primeiro modo, a mãe enxerga suas ansiedades refletidas sobre o comportamento do bebê, ou seus desejos em ter um tipo específico de bebê que a leve a reconhecê-lo apenas nos momentos em que ele está atendendo esta

necessidade. Quando ele frustra seus desejos, ela o ignora ou reage com raiva. O bebê então pode se tornar sensível às demandas da mãe ao ponto de querer ser um bebê que a mãe quer que ele seja. Com o tempo ele pode se encontrar confuso a respeito de quem ele é. Em um segundo modo de interação entre mãe e filho, o bebê muitas vezes inicia o diálogo; a mãe responde a ele como uma criança em particular, e assim vê e responde adequadamente a ele. Esse tipo de criança é encorajada a enxergar o mundo diretamente em vez de como um estágio ou um espelho para seu desempenho, ou um conjunto de sinais em que a mentira é aprovada. [...] Ao longo do tempo o bebê aprende o que ele está fazendo vendo seus efeitos sobre ela; quanto mais sensível, e menos distraída, ela responde ao que ele faz, mais ele é capaz de discriminar o que ele faz do que os outros fazem (Cavell, 1993 pag. 127).

Portanto, a partir da perspectiva apresentada até aqui, é possível concluir que apenas o fato de ambos os parceiros de uma interação terem as capacidades necessárias para um compartilhar afetivo, não garante que essa interação assuma a qualidade de um compartilhar afetivo. Ou seja, não é necessário apenas uma capacidade inata (inter-afetiva) para se conectar à experiência subjetiva de outrem, é necessário que ambos os parceiros estejam engajados em utilizar estas capacidades para realizar um intercâmbio afetivo mútuo. Nesse sentido, investigar de maneira qualitativa esse intercâmbio (como foi feito aqui), e não apenas a sua presença, ou ausência, se torna algo de especial relevância, pois é a partir daí que retiraremos a nossa margem de manobra para uma intervenção clínica. De acordo com tudo que foi argumentado até aqui, é possível indicar que o compartilhar afetivo, entendido como o aspecto mais primitivo da intersubjetividade, pode ser considerado como precursor de outras práticas sociais compartilhadas, como os comportamentos de atenção compartilhada e a linguagem. Tendo isso em vista, a próxima parte deste capítulo é dedicada justamente a pensar as relações entre o compartilhar afetivo e a linguagem.

4.2

Revisitando a linguagem

A partir do que foi apresentado até aqui torna-se possível nos aventurarmos em outro tipo de investigação, cujo objetivo consiste em explorar as

possíveis repercussões da perspectiva apresentada anteriormente, acerca do papel do compartilhar afetivo na construção da subjetividade, para a delimitação de uma perspectiva acerca do desenvolvimento da linguagem.

Na sessão anterior deste capítulo foi possível conceituar um entendimento acerca do desenvolvimento dos comportamentos de atenção compartilhada, onde o compartilhar afetivo, presente desde as interações com bebês de menos de sete meses, pode ser considerado como um precursor desses comportamentos e das demais práticas compartilhadas da nossa cultura. Tendo isso em vista, e considerando que a linguagem é uma prática social compartilhada, torna-se pertinente investigar, de maneira mais específica, como esse compartilhar afetivo se entrelaça com a linguagem.

Um caminho possível para seguir a diante nesta investigação poderia ser considerar que o compartilhar afetivo pode ser entendido como um precursor da linguagem na medida em que entendemos que, a partir dele, torna-se possível a construção de uma qualidade específica de subjetividade, que seria considerada uma condição necessária à linguagem. Dessa forma, essa qualidade específica de subjetividade diz respeito à possibilidade de vivenciar uma forma de relação com outrem, onde este assuma a qualidade de um outro semelhante, capaz de compartilhar experiências diversas, como por exemplo, atenção direcionada a um objeto. Ou seja, estaria sendo proposto que vivenciar o outro como alguém capaz de compartilhar experiências relacionadas à atenção direcionada a objetos seria considerado como um pré-requisito para o desenvolvimento da linguagem.

No entanto, esse caminho, onde a capacidade de compartilhar a atenção direcionada a objetos é tida como pré-requisito para a linguagem, não será exatamente o caminho que pretendo seguir para pensar as relações entre o compartilhar afetivo e a linguagem. Para que fosse possível avançar nessa direção teríamos que considerar que, sob o ponto de vista do desenvolvimento, a linguagem teria início somente com os gestos simbólicos (como o apontar), e caminharia em direção ao desenvolvimento da linguagem verbal. Ou seja, nessa perspectiva o uso de símbolos seria considerado um critério para identificar o uso da linguagem.

Contudo, apesar dessa perspectiva acerca da linguagem (pautada

exclusivamente no uso de símbolos) ser amplamente difundida, e apresentar uma coerência com a suposição da atenção compartilhada como pré-requisito para a linguagem, já que se considerarmos que o símbolo pode ser entendido como um objeto torna-se evidente a necessidade de considerar que o uso da linguagem tem sua origem a posteriori da capacidade de compartilhar a atenção direcionada um objeto. Parece-me ser possível utilizar a perspectiva construída até aqui, acerca da construção da subjetividade a partir de um compartilhar afetivo, justamente para ir um pouco além de uma compreensão da linguagem pautada meramente no uso de símbolos. Mas, será mesmo que existe alguma pertinência em considerar uma dimensão não simbólica na linguagem?

Talvez um ponto de partida para a resposta a essa pergunta possa ser o fato de que aparando-se na perspectiva pragmática de linguagem torna-se possível entender que a linguagem não tem sua origem no uso de símbolos, mas nas expressões naturais ou “exteriorizações”, que foram descritas no segundo capítulo, e que podem ser repensadas agora sob a luz do que foi delimitado aqui como o aspecto mais primitivo da intersubjetividade, a inter-afetividade. Conforme foi argumentado no segundo capítulo, é possível afirmar que ao substituir o grito de dor pela locução verbal de dor não se inaugura uma nova função para a linguagem. A locução verbal, ou qualquer outro tipo de uso de símbolos, apesar de transformar a qualidade da experiência, cumpre a mesma função comunicativa do grito de dor. Nesse sentido, o que pretendo sugerir é que essa comunicação só é possível devido a uma conexão intersubjetiva primitiva amparada pela inter-afetividade.

Nesse sentido, podemos reutilizar a hipótese apresentada no segundo capítulo acerca de uma possível diferença na experiência subjetiva de um bebê que tem dores de barriga, estando sozinho no berço ou no colo de sua mãe, para evidenciar um aspecto possível da experiência humana que estou querendo chamar de linguagem, ou pelo menos, que estou querendo aproximar do que Wittgenstein chamou de “a rocha da linguagem”. A consideração de que o aspecto intersubjetivo de um cuidado materno possa transformar a experiência de sentir dor de barriga evidencia justamente esse aspecto típico da experiência humana ligado à incapacidade de experienciar algo em si destituído de um contexto

intersubjetivo — portanto, uma experiência desprovido da situação contextual em que ela se encontra —, e que talvez seja poderíamos chamar de linguagem.

Mais especificamente, gostaria de propor um entendimento acerca do que pode ser considerado como o berço, ou a “rocha”, da linguagem, a partir das práticas possibilitadas pela inter-afetividade. Ou seja, a presente proposta consiste em entender que o intercâmbio afetivo mútuo, presente no compartilhar afetivo e possibilitado pela inter-afetividade, pode ser entendido como a atividade constituinte da linguagem. É apenas sob esse contexto, de engajamento e intercâmbio afetivo mútuo, que torna-se possível substituir o grito de dor por uma locução verbal de dor. Contudo neste momento parece-me possível, e pertinente, repensar esse processo de “substituição” (a partir do que foi apresentado anteriormente) como processo de identificação. Nesse sentido é possível sugerir que este processo, onde o grito de dor é substituído por uma locução verbal, tem como veículo um intercâmbio mútuo onde a qualidade da forma de experienciar o mundo vai sendo transformada pelo contexto intersubjetivo. Podemos considerar também que nessa perspectiva o compartilhar afetivo está sendo entendido como a atividade constituinte desse tipo de veículo de transformação, que conforme fora argumentado no segundo capítulo, ocorre “sem nenhuma intervenção do entendimento ou do intelecto, sem qualquer deliberação ou cálculo racional” (Faustino, 1995, p. 60)

Cabe ressaltar aqui que essas atividades que estão sendo consideradas como a “rocha” da linguagem, não envolvem o uso de símbolos, tampouco podem ser consideradas atividades extralinguísticas. Tais atividades evidenciam justamente que mesmo antes do uso dos símbolos, e da linguagem verbal, nossas experiências são significadas em um contexto intersubjetivo. Nesse sentido talvez o mais pertinente seja considerar que essas atividades não verbais, e não simbólicas, possam ser mais bem compreendidas sob a qualidade de atividades “não meramente linguísticas” (conforme definido no segundo capítulo).

Com isso quero dizer que mesmo que não possamos chamar essa comunicação afetiva (ou “matriz intersubjetiva”), que nos faz experimentar uma realidade significada intersubjetivamente, de linguagem, gostaria de chamar a atenção para essa dimensão possível da nossa experiência. Dimensão essa que

parece ser de grande relevância para linguagem, já que além da possibilidade de, numa perspectiva desenvolvimentista, considerá-la como um berço para a linguagem, é possível considerar também sua participação contínua na linguagem. Ou seja, de acordo com tudo que foi apresentado até agora, é possível evidenciar a importância dessa dimensão da experiência de pelo menos duas maneiras. Uma como a “rocha”, ou o berço, da linguagem; outra, que esse intercâmbio afetivo mútuo, ao longo da vida, continua a fazer parte do contexto onde as práticas linguísticas ganham significado, sejam essas práticas verbais ou não verbais, o que faz com que esse contexto inter-afetivo continue a participar e a qualificar o sentido da linguagem, mesmo tratando-se de uma comunicação verbal, por exemplo.